**Proposta de Emenda à Constituição nº , de 2020**

|  |  |
| --- | --- |
|   | Institui regime extraordinário fiscal e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente de pandemia internacional. |

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#adct) passa a vigorar acrescido do seguinte art. 115:

“[**Art. 115**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm#adctart106)**.** Durante a vigência de calamidade pública nacional, reconhecida pelo Congresso Nacional, e decorrente de pandemia de saúde pública de importância internacional, a União poderá adotar regime extraordinário fiscal e de contratações para atender as necessidades dela decorrentes, somente naquilo em que a urgência for incompatível com o regime regular, nos termos definidos neste artigo e em decreto legislativo.

§ 1º É instituído o **Comitê de Gestão da Crise**, com a competência de fixar a orientação geral e aprovar as ações que integrarão o escopo do regime emergencial; criar, eleger, destituir e fiscalizar a gestão dos membros de subcomitês e fixar-lhes as atribuições; solicitar informações sobre quaisquer atos e contratos celebrados ou em via de celebração pela União e suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas, com poder para anulá-los ou ratificá-los, dentre outras funções afins compatíveis com o escopo do regime emergencial, assim composto:

I - Ministro de Estado da Saúde, que o presidirá;

II - Ministro de Estado da Economia;

III - Ministro de Estado da Infraestrutura;

IV - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;

VI - Advogado-Geral da União;

VI - Ministro da Controladoria-Geral da União;

VIII - dois secretários de saúde de estados ou do Distrito Federal e dois de municípios, de diferentes regiões do País, sem direito a voto;

IX - dois secretários de fazenda de estados ou do Distrito Federal e dois de municípios, de diferentes regiões do País, sem direito a voto;

X - um membro do Senado Federal, um da Câmara dos Deputados, um do Conselho Nacional de Justiça, um do Conselho Nacional do Ministério Público, e um do Tribunal de Contas da União, escolhidos pelas respectivas instituições e sem direito a voto.

§ 2º Eventuais conflitos federativos decorrentes da aplicação deste artigo serão resolvidos exclusivamente pelo Poder Judiciário.

§ 3º Ato do Conselho de Gestão da Crise disporá sobre a contratação de pessoal, obras, serviços e compras, que observará processo simplificado que assegure, sempre que possível, competição e igualdade de condições a todos os concorrentes; a contratação de que trata o inciso IX do art. 37 desta Constituição, com propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade e vigência restrita ao período de duração desta, fica dispensada da observância do § 1º do art. 169 desta Constituição.

§ 4º Desde que não se trate de despesa permanente, as proposições legislativas e os atos do Poder Executivo, com propósito exclusivo de enfrentamento da calamidade, e vigência e efeitos restritos ao período de duração desta, ficam dispensados do cumprimento das restrições constitucionais e legais quanto a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa e a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

§ 5º Os créditos extraordinários destinados à finalidade referida no § 4º poderão ser abertos mediante a utilização de recursos vinculados legalmente a outras finalidades, inclusive do respectivo superávit financeiro e os decorrentes da realização de operações de crédito, e os da desvinculação de que trata o art. 76 deste Ato das Disposição Constitucionais Transitórias.

§ 6º Será dispensada, durante a integralidade do exercício financeiro em que vigore a calamidade pública, a observância do disposto no inciso III do art. 167 desta Constituição.

§ 7º O Congresso Nacional se manifestará quanto à pertinência temática dos créditos extraordinários destinados à finalidade referida no § 5º em cinco dias úteis, contados da edição da medida provisória, sob pena de anuência tácita.

§ 8º Ressalvada a competência originária do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar, todas as ações judiciais contra decisões do Comitê de Gestão da Crise serão da competência do Superior Tribunal de Justiça e a prescrição de todas as ações contra atos praticados sob a égide do regime emergencial disposto neste artigo, inclusive as de ressarcimento, é de noventa dias contados a partir da publicidade do ato ou fato.

§ 9º O Tribunal de Contas da União fiscalizará os atos de gestão do Comitê de Gestão da Crise bem como apreciará a prestação de contas, de maneira simplificada, no prazo de trinta dias, contados a partir da apresentação do relatório, considerando-se automaticamente aprovadas após esse prazo; a prescrição da pretensão sancionatória e de reparação de eventuais danos será de noventa dias contados a partir da apresentação do relatório referido neste parágrafo.

§ 10 O Congresso Nacional poderá sustar qualquer decisão do Comitê Gestor da Crise em caso de ofensa ao interesse público ou de extrapolação aos limites deste artigo.

§ 11 Todas as atas, decisões e documentos examinados e produzidos pelo Comitê de Gestão da Crise e pelos subcomitês que vierem a ser instituídos, assim como todas as impugnações e as respectivas decisões, serão amplamente divulgados detalhada e regionalmente nos portais de transparência dos poderes Executivo e Legislativo e nos dos tribunais de contas nas três esferas federativas, sendo vedado o seu sigilo sob qualquer argumento.”

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, convalidados os atos de gestão praticados desde 20 de março de 2020, e será revogada na data de encerramento do estado de calamidade pública.